

26	João Ricardo Soares da Costa	Deferida	Não
27	Fernando Rodrigues de Assis	Deferida	Não
28	Mayanna Ferreira Ribeiro Floriano	Deferida	Não
29	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães	Deferida	Não
30	Oto Almeida Oliveira Júnior	Deferida	Não
31	Bruno Pinto e Silva	Deferida	Não
32	Moises Guarnieri dos Santos	Deferida	Não
33	Anna Karina Omena Vasconcellos Trennepohl	Deferida	Não
34	Rodolfo Fontenele Belchior Cabral	Deferida	Não
35	Gustavo Pereira Silva – Efetivo exercício, após remoção, em 29/11/2022	Deferida	Não
36	Nataly Santos de Araújo	Deferida	Não
37	Áviner Rocha Santos	Deferida	Não
38	Adriana Hahn Perez	Deferida	Não
39	Cintia Campos da Silva	Deferida	Não
40	Márcio Bellazzi de Oliveira	Deferida	Não

* Lista de Antiquidade atualizada até o dia 21/8/2023

Fica consignado o prazo de 03 (três) dias, contados desta publicação, para o suprimento de irregularidades de inscrição, assim como para impugnações, reclamações e desistências, bem como para inclusão de dados e documentos no Sistema de Gestão e Acompanhamento da Carreira Ministerial e das Procuradorias e Promotorias de Justiça da Bahia (SIGA), conforme §4º do art. 7º da Resolução nº 39, de 23 de abril de 2019, do Conselho Superior do Ministério Público, de seguinte teor: “§4º Para efeitos de remoção, remoção interna ou promoção por merecimento, os candidatos devem incluir dados e documentos no Sistema de Gestão e Acompanhamento da Carreira Ministerial e das Procuradorias e Promotorias de Justiça da Bahia (SIGA), no prazo máximo de 3 (três) dias, contado da publicação da lista de inscritos (art. 113 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996), após o qual novas inclusões ficarão bloqueadas, até o julgamento final, devendo a Secretaria certificar o atendimento deste marco temporal”. Serão considerados tempestivos os requerimentos enviados até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral em exercício, subscrevi.

Salvador, 22 de agosto de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 14ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023
(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

14. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.31587/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Clésio da Silva Nascimento; Juscelino Fernandes Couto Filho

OBJETO: Corrigir o CEFIR. Recompôr área identificada no Auto de Infração constante no ID MP 1322994 no bojo do Inquérito Civil nº 003.9.31587/2019. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias.

18. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 343.0.154641/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Una

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Una; Fazenda Bolandeira

OBJETO: Confeccionar placa constando número para contato telefônico de pessoa responsável por abrir cancela de acesso à praia. Abster-se de impedir o acesso às praias da região, por qualquer pessoa, em qualquer forma de locomoção.

23. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.31670/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Ruiteir Alves Rosalino

OBJETO: Registrar o imóvel rural no CEFIR. Comprovar a propriedade do imóvel rural, bem como identificar o mesmo por meio de planta e memorial descritivo. Elaborar e executar PRADA. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias. Pagar, a título indenizatório, valor ao Programa Arboretum, gerido pela Fundação José Silveira.

59. INQUÉRITO CIVIL Nº 698.0.237770/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas

OBJETO: Coibir a ocorrência de atividade mineradora irregular por pequenos garimpeiros no município de Brotas de Macaúbas. Instituir política pública voltada a monitorar e coibir a ocorrência de mineração irregular.

63. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 676.9.22729/2021

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Conselhos Tutelares

COMPROMISSÁRIO(S): Conselho Tutelar de Serra do Ramalho; Prefeitura de Serra do Ramalho

OBJETO: Dotar o Conselho Tutelar de equipamentos necessários ao seu funcionamento, disponibilizando mobiliário e equipamento básico para funcionamento. Prever dotação de recursos exclusivos ao Conselho Tutelar em leis orçamentárias, especialmente no Plano Plurianual, nas LDO e nas LOA.

73. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26087/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Baianão Móveis e Eletrodomésticos Ltda

OBJETO: Elaborar e executar Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico. Implementar medidas indicadas no Relatório de Fiscalização nº 025/2023.

79. INQUÉRITO CIVIL Nº 253.0.30403/2010

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Caculé

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): A Sociedade; Ana Emanuela Cordeiro Rossi Meira

OBJETO: Obter as devidas licenças ambientais necessárias ao exercício regular da atividade ceramista e das atividades a ela afetas. Comprovar regularidade do uso da água necessária à atividade. Regularizar registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP e no Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CEAPD. Apresentar PRADA. Apresentar documento comprobatório de registro no CEFIR. Construir, a título indenizatório, casa de alvenaria para acolhimento de pessoas, comprovadamente carentes, que busquem tratamento de saúde no Hospital Municipal de Ibiassucê.

101. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.153988/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Aluiz Ferreira de Lacerda

OBJETO: Elaborar PRADA. Solicitar ao INEMA opinativo técnico sobre o CEFIR, com posterior adequação do cadastro. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias. Pagar, a título indenizatório, valor ao Programa Arboretum, gerido pela Fundação José Silveira.

117. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.21852/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Loja Esquina

OBJETO: Sanar e continuar zelando para que não se repitam as irregularidades identificadas pela VISA no Auto de Interdição nº 09597. Dispor de documentos obrigatórios indicados pela VISA. Elaborar e executar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Implementar medidas indicadas no Relatório de Fiscalização nº 025/2023.

153. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470923/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Luna Bahia Pousadas Ltda

OBJETO: Continuar a dispor, em caráter permanente, e renovar, o Alvará de Saúde expedido pela VISA. Elaborar e executar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

161. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.64384/2012

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Teolândia

OBJETO: Adequar e fazer cumprir a Lei da Política Municipal de Meio Ambiente – PPMA do município de Teolândia. Assegurar o funcionamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Meio Ambiente criados pela Lei Municipal nº 467/2006. Elaborar ou revisar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Exercer atividade de fiscalização ambiental. Formar equipe técnica com servidores administrativos e técnicos, próprios e habilitados e concursados, investidos em cargo de fiscalização ambiental.

169. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.275334/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Aurelino Pereira de Souza; Pessoa Física - Desconhecido(a)

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, para a ONG Instituto Água Boa.

175. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.64379/2012

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Gestão Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Santo Antônio de Jesus

OBJETO: Elaborar projeto de lei de atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e do Processo Administrativo Ambiental.

183. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.380608/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 6º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Educação Inclusiva

COMPROMISSÁRIO(S): Escola Maria Montessori

OBJETO: Atualizar o Projeto Político Pedagógico – PPP em vigor, com mobilização da comunidade escolar para participação de sua avaliação. Aplicar diretrizes da educação inclusiva em práticas pedagógicas com estabelecimento de parcerias ou convênios para este fim. Criar e institucionalizar o Conselho Escolar.

185. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.108098/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Romeu Dantas Guimarães

OBJETO: Corrigir o CEFIR. Solicitar ao INEMA opinativo técnico sobre o CEFIR, com posterior adequação do cadastro. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias.

191. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.116036/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Êta Bicho.Com Comércio Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas na Notificação DSC nº 01858/2023, emitida pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico, conforme indicadas no Termo de Fiscalização nº 70/2023 e Auto de Infração de Advertência Escrita nº 70/2023, emitidos pelo Corpo de Bombeiros. Realizar adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo irregularidades apontadas no Termo de Constatação nº 358/2022, emitidos pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

204. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.170173/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha

ASSUNTO: Direito Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Alice Benta de Santana; Município de Euclides da Cunha

OBJETO: Adotar medidas necessárias para manejo adequado de produtos agrotóxicos. Obter as licenças ambientais cabíveis. Regularizar e manter regularizado cadastros e credenciais de atividade perante a ADAB e o Conselho Regional de Medicina Veterinária. Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Plano de Prevenção de Riscos Ambientais. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias.

205. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.70517/2022

ORIGEM: Salvador - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de proteção > Outras Medidas de Proteção

COMPROMISSÁRIO(S): Organização do Auxílio Fraternal – OAF

OBJETO: Veicular e divulgar, em imagem e/ou vídeo, nos portais digitais e redes sociais da Promotória, campanhas institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia que visem a proteção da criança e do adolescente produzidas pelo Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente – CAOCA. Produzir matéria jornalística ou entrevista sobre adoção, entrega leal ou família acolhedora, a ser aprovada previamente pela Promotoria de Justiça, pelo CAOCA e pela Central de Integrada de Comunicação Social do Ministério Público (CECOM/MPBA).

213. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.165108/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha

ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Ribeira do Pombal

OBJETO: Elaborar/concluir a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município. Proibir o trabalho de catadores de materiais recicláveis dentro de área de "lixão" do município, fornecendo apoio necessário para formalização de associação ou cooperativa. Ceder área para triagem de recicláveis, fornecendo EPI. Promover a inclusão dos catadores em programas sociais dos governos municipal, estadual e federal. Implantar coleta seletiva em todos os prédios público do município e, de forma progressiva, nos bairros. Elaborar e executar PRADA.

216. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26070/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Esquina Embalagens Ltda

OBJETO: Sanar e continuar zelando para que não se repitam as irregularidades identificadas pela VISA. Renovar periodicamente o Alvará de Saúde e dispor dos documentos obrigatórios em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Apresentar e implementar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

217. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26085/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Esquina Embalagens Ltda

OBJETO: Sanar e continuar zelando para que não se repitam as irregularidades identificadas pela VISA. Renovar periodicamente o Alvará de Saúde e dispor dos documentos obrigatórios em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Apresentar e implementar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

221. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90037/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): UPA VET Cajazeiras - Marcelo Santos Coelho

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas na Notificação DSC nº 01854/2023, emitida pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico, conforme indicadas no Termo de Fiscalização nº 26/2023 e Auto de Infração de Advertência Escrita nº 26/2023, emitidos pelo Corpo de Bombeiros.

224. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.175510/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Condomínio Edifício Farol Barra

OBJETO: Implementar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

228. INQUÉRITO CIVIL Nº 109.9.177638/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itiúba

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Alcemir Marcelo de Moraes Bento; Câmara Municipal de Vereadores de Itiúba

OBJETO: Extinguir cargos comissionados atualmente existentes na estrutura orgânica da Câmara Legislativa Municipal que não guardem compatibilidade funcional com as atividades de chefia, direção e assessoramento e abster-se de contratar funcionários que não se enquadrem nas atividades anteriormente descritas. Contratar servidor temporário apenas nos moldes do art. 37, inciso I, CF. Deflagrar concurso público de provas e títulos para preenchimento de cargos criados.

241. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.0.212712/2010

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Recursos Minerais

COMPROMISSÁRIO(S): Josué Paulo dos Santos Filho; Ministério Público do Estado da Bahia; Município de Presidente Tancredo Neves

OBJETO: Produzir ou comprar mudas de árvores nativas a serem plantadas pelo SEDEMA do município de Presidente Prudente. Promover palestras sobre os temas "agrotóxico", "desmatamento" e "criação de animais silvestres".

242. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.0.167081/2015

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Paulo Roberto Nascimento de Medeiros

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e executar PRADA.

243. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.29149/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Jaildo Aboboreira de Oliveira

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Corrigir, caso necessário, CEFIR E PRADA. Executar o PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa.

244. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.30435/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Marcos Coi

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar e executar o PRADA.

245. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.32655/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gilson Santos Marta

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Doar valor, a título compensatório, ao GANA – Grupo Ambientalista Nascentes. Produzir mudas de árvores nativas e frutíferas a serem plantadas, sob a orientação da Secretaria do Meio Ambiente de São Miguel/BA.

246. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.70500/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gilbert e Joi

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Comprovar a propriedade do imóvel. Manter cercamento de área inicialmente já isolada para a devida regeneração natural. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem plantadas, sob a orientação da Secretaria do Meio Ambiente de Elísio Medrado/BA. Distribuir panfletos educativos sobre o tema “meio ambiente”.

247. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.96447/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Santos e Fonseca Materiais de Construção

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Apresentar documentos comprobatórios de pedido de licença ambiental para o desenvolvimento das atividades com madeiras nativas no estabelecimento. Doar valor, a título compensatório, a ser destinado à ONG Instituto Água Boa”.

249. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.191360/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Darlan Oliveira do Nascimento; Manoel dos Santos Souza

OBJETO: Comprometer-se a ter mais controle sobre a utilização do trator da Associação de Pequenos Produtores União Faz a Força de Wenceslau Guimarães, devendo elaborar termo de uso contendo proibição para desmatamento, transporte e uso de agrotóxico e madeira nativa ilegal. Contratar palestrante para realizar duas palestras abordando temas ligados à importância da preservação da fauna e da flora. Distribuir panfletos educativos acerca do tema “meio ambiente”.

264. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.43071/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Mineração

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): Cremilda de Oliveira Neiva; Município de Seabra; Pedro Francisco Lima Neto

OBJETO: Inscrever o imóvel rural no CEFIR. Comprovar a propriedade do imóvel. Identificar o imóvel por meio de planta e de memorial descritivo. Executar PRADA. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias.

276. INQUÉRITO CIVIL Nº 709.9.238842/2022

ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Eliane Macedo de Jesus; Thaianne Brito

OBJETO: Devolver valor auferido indevidamente em razão do assessoramento jurídico que deveria ter sido gratuito. Pagar multa civil em favor do município de Simões Filho.

277. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.52427/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Wilson Geraldo Maia

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel rural. Contratar técnico capacitado para corrigir e/ou elaborar CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, a ser destinado à ONG Instituto Água Boa”. Criar Reserva Particular do Patrimônio Natural em um mínimo de 400 (quatrocentos) hectares.

278. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.38020/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Maria do Carmo Santos Alves

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel rural. Elaborar CEFIR. Verificar necessidade de elaborar e executar PRADA.

296. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.287816/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): José Ramos de Jesus Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e implementar, com orientação técnica da SEDEMA do município de Presidente Tancredo Neves, projeto simplificado de implantação de sistema agroflorestal. Distribuir panfletos educativos acerca do tema "meio ambiente".

299. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.79572/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 2º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna

COMPROMISSÁRIO(S): Pessoa Física - Desconhecido(a); Semeve Clínica Veterinária

OBJETO: Não reutilizar material descartável de uso único e intransferível nos atendimentos e internações de animais. Abster-se de manter medicamentos vencidos dentro do estabelecimento. Solicitar renovação de alvará de funcionamento. Manter atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde. Criar Procedimento Operacional Padrão, plano de contingência em caso de falta de energia, registro de monitoramento de temperatura de kits laboratoriais, bem como utilização de EPIs para o profissional de esterilização. Manter controle interno e externo dos exames realizados e da calibração/manutenção de equipamentos médico-veterinários.

300. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.82522/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Paulo Guimarães Rocha Moreira

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Comprovar propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR.

301. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.104447/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Hércules Favarato

OBJETO: Solicitar opinativo técnico ao INEMA para adequação do CEFIR. Obter licenças ambientais dos barramentos existentes. Recompôr áreas degradadas e alteradas. Pagar valor, a título indenizatório, ao Programa Arboretum, gerido pela Fundação José Silveira.

302. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.46802/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Anônima; Disque 127; Josué Rodrigues dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Realizar limpeza do terreno em que houve a demolição da construção realizada às margens da Área de Preservação Permanente. Comprovar propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e implementar PRADA. Doar valor, a título compensatório, destinado à ONG SEDESS (Sustentabilidade, Educação, Desenvolvimento e Segurança Social).

340. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.70522/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Carlinhos de Miguel

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e implementar PRADA.

341. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.135189/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Banco Bradesco; Lívia de Melo Barbosa

OBJETO: Continuar informando adequadamente aos consumidores, pessoas físicas ou jurídicas, dos contratos anteriores e posteriores à Lei nº 9.656/98, quando da aplicação dos reajustes anuais e respectivos percentuais. Elaborar cartilha explicando regras de reajuste anual e por mudança de faixa etária, a ser disponibilizada na área destinada aos beneficiários do seguro.

342. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.0.127650/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Nicolau Alves Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e implementar PRADA, caso necessário.

343. INQUÉRITO CIVIL Nº 707.9.92890/2021

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo

COMPROMISSÁRIO(S): Prefeitura Municipal de Poções

OBJETO: Regularizar documental e urbanisticamente, no prazo de 12 (dode) meses da assinatura do presente instrumento, a área objeto do parcelamento do solo denominada loteamento "Júlia Nunes", situado Rua Irma Minelvina Bezerra, Bairro Santa Felicidade, em Poções, nos termos da Lei n. 6.766/7 e das Leis Municipais nº.658/1999 e 950/2011.

344. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.271883/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Israel Nogueira dos Anjos

OBJETO: Executar PRADA. Reparar danos ambientais decorrentes de supressão do remanescente de Mata Atlântica do imóvel rural. Pagar valor, a título indenizatório, ao Programa Arboretum, gerido pela Fundação José Silveira

345. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.231023/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gileno Couto dos Santos; Helmo Souza de São José; Jones Couto dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Contratar técnico capacitado para corrigir CEFIR. Elaborar e implementar PRADA.

346. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.224359/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Castro Alves (APMICA); Hospital Regional de Juazeiro

OBJETO: Obedecer aos ditames legais e técnicos acerca do gerenciamento dos resíduos sólidos de serviço de saúde gerados no Hospital Regional de Juazeiro, além de fazer cumprir o quanto disposto no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde (PGRSS), de acordo com o que é previsto na Lei nº 12.305/2010, na RDC ANVISA nº 222/2018 e na Resolução CONAMA nº 358/2005.

347. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.118545/2023

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Liberdade Pessoal > Ameaça

- Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de Bens Públicos

- Direito Penal > Contravenções Penais > Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios

COMPROMISSÁRIO(S): José Alcides Alves de Sousa

OBJETO: Disciplinar a emissão de ruídos sonoros e a ocupação de logradouro público pelo Compromissário.

348. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26073/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Esquina Embalagens Ltda

OBJETO: Sanar e continuar zelando para que não se repitam as irregularidades identificadas pela VISA. Renovar periodicamente o Alvará de Saúde e dispor dos documentos obrigatórios em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Apresentar e implementar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

349. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.26089/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Esquina Embalagens Ltda

OBJETO: Sanar e continuar zelando para que não se repitam as irregularidades identificadas pela VISA. Renovar periodicamente o Alvará de Saúde e dispor dos documentos obrigatórios em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Apresentar e implementar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

405. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.34130/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora > Destruição ou Degradação Mediante Desmatamento ou Exploração Econômica

COMPROMISSÁRIO(S): Pessoa Física – Desconhecido (a)

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir CEFIR. Elaborar e implementar PRADA. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas a serem doadas para a Secretaria de Meio Ambiente de Amargosa/BA.

406. INQUÉRITO CIVIL Nº 677.9.155503/2021

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Brumado

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Malhada de Pedras

OBJETO: Realizar concurso público para a seleção de cargos vagos de servidores municipais em conformidade com a legislação (constitucional e municipal), após reestruturação do quadro administrativo da Prefeitura de Malhada de Pedras. Abster-se de contratar agente público sem a realização de concurso público, excepcionando-se as hipóteses legais.

413. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.201860/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna

COMPROMISSÁRIO(S): Adailton Souza dos Santos; Anderson Luiz Silva Nascimento Correia; Jorge Luiz de Jesus Aquino; Marco Aurelio Oliveira Mendes

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para corrigir CEFIR. Elaborar e implementar PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa ou criar Reserva Particular do Patrimônio Natural na extensão da própria reserva legal existente na propriedade.

417. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.244749/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Prefeitura de Abaíra

OBJETO: Adequar e fazer cumprir a Lei nº 010/2013 da Política Municipal de Meio Ambiente — PMMA. Promover por ato do Chefe do Poder Executivo ajuste do Decreto Regulamentador nº 050/2013 da Lei nº 010/2013 da Política Municipal de Meio Ambiente.

418. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.151733/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Betão; Pessoa Física - Desconhecido(a)

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir CEFIR. Elaborar e implementar PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa. Produzir mudas de árvores nativas e frutíferas a serem plantadas, sob a orientação da SEDEMA de Brejões.

419. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.441763/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Jurandi dos Santos Oliveira

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Cercar a pequena área desmatada e plantar mudas de árvores nativas para enriquecer a recuperação ambiental. Produzir mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Ubaíra/BA. Distribuir panfletos educativos acerca do tema “meio ambiente”.

422. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90070/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Pet Clinic Veterinária Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas na Notificação nº 9707, emitida pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico. Realizar adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

424. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90045/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Salvare Clínica Veterinária Popular e Pet Shop Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas nas Notificações nº 3714-E/DSCB e nº 12442, emitida pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico. Realizar adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

428. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90060/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Armando José de Matos Cruz Ramos Eireli

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas nos Termos de Notificação nº 10195, nº 02046 e nº 0883, Auto de Infração nº 015DSB e nº 018DSB e Termo de Interdição nº 000216, emitidos pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA.

431. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.269552/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Antônio Carlos dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa.

Eu, Ricardo de Assis Andrade, Secretário-Geral em exercício, subscrevi.

Salvador, 15 de agosto de 2023

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

DISTRIBUIÇÃO

Em 22 de agosto de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.0.189545/2011

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Encruzilhada

ASSUNTO: Direito Penal

INTERESSADO(A)(S): Celenir Silva

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 190.9.366419/2022

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes contra o Patrimônio > Esbulho Possessório

INTERESSADO(A)(S): Lidiney Santo Silva

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 675.0.214742/2014

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Barra

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

INTERESSADO(A)(S): Secretaria do Meio Ambiente da Comarca de Barra/Ba; A Sociedade

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 719.0.185290/2012

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Seabra

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes Contra a Flora

INTERESSADO(A)(S): INEMA - Diretor do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; NM Engenharia Ltda

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico da edificação, adequando providências conforme Termo de Fiscalização nº 063/2023 emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia. Realizar as adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo as irregularidades apontadas no Auto de Infração 256/2022 e Termo de Constatação nº 217/2023, emitidos pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

327. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.18243/2020

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Bernardo Silva

OBJETO: Recompôr áreas ambientalmente protegidas no imóvel rural. Solicitar ao INEMA opinativo técnico sobre o CEFIR do Sítio Estrela. Regularizar todas as atividades desenvolvidas no imóvel rural, requerendo as licenças ambientais necessárias.

352. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.116006/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Pet Bacana Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas no Termo de Notificação nº 04041 emitido pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Realizar as adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo as irregularidades apontadas no Auto de Infração 338/2022 e Termo de Constatação nº 387/2023, emitidos pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

361. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.66561/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): João Barbosa dos Santos; Nadir Almeida dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas a serem plantadas no imóvel rural objeto do Compromisso de Ajustamento de Conduta.

368. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.208216/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Jéssica Bittencourt

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar e/ou corrigir CEFIR. Elaborar e executar PRADA. Doar valor, a título compensatório, à ONG Instituto Água Boa.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público em exercício, subscrevi.

Salvador, 19 de setembro de 2023

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 14ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

28. NOTÍCIA DE FATO Nº 646.9.196461/2023

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Itabuna

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Danilo Dantas de Almeida

OBJETO: Reparar o dano ambiental decorrente dos fatos que ocasionaram o presente procedimento, conforme documentação encaminhada pela Prefeitura Municipal de Itabuna. Realizar a reparação pecuniária do passivo socioambiental, através do pagamento de R\$ 1.500,00 à Fundação José Silveira. Somente realizar atividade de emissão sonora de acordo com os parâmetros estabelecidos em lei.

29. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.13296/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Cidade Universitária Empreendimentos Imobiliários Ltda

OBJETO: Regularizar ambientalmente o loteamento Cidade Universitária cumprindo fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade até o cumprimento das obrigações assumidas. Apresentar a licença ambiental do empreendimento tipo "loteamento" em sua propriedade assim que for emitida pela Secretaria do Meio Ambiente de Amargosa. Apresentar o documento do Imóvel, bem como o CEFIR, devidamente corrigido. Apresentar PRADA, protocolando-a na Prefeitura de Amargosa. Doar o valor de R\$ 40.000,00 ao Instituto Água Boa e ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Amargosa. Alterar o projeto do loteamento.

151. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 681.9.47377/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Venceslau de Jesus

OBJETO: Adotar medidas indispensáveis para cumprir com o dever de evitar danos na vegetação nativa do bioma Caatinga nos seguintes termos: suspender imediatamente a supressão da vegetação sem autorização do órgão ambiental competente; cumprir as medidas necessárias para obter a concessão de licença para supressão da vegetação nativa junto aos órgãos responsáveis; adotar medidas de proteção, conservação e recuperação da vegetação nativa em sua propriedade; recompor a área de vegetação suprimida; regularizar ambientalmente o imóvel rural decorrente da obrigação legal de inscrição no CAR e CEFIR. Apresentar PRADA. Pagar a título indenizatório o valor de R\$ 1.000,00, que será revertido em prol do Departamento de Polícia Técnica, regional de Euclides da Cunha. Realizar o plantio de 50 mudas de árvores do bioma caatinga em sua propriedade. Regularizar todas as atividades desenvolvidas, requerendo licenças, autorizações, efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei.

Salvador, 19 de agosto de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

ProcuradorA-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

DISTRIBUIÇÃO

Em 25 de setembro de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

NOTÍCIA DE FATO Nº 003.9.252731/2023

ORIGEM: Salvador - 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 1º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Previstos no Estatuto do Idoso

INTERESSADO(A)(S): Sigiloso

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 078.0.164293/2008

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Cipó

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

INTERESSADO(A)(S): José Marques dos Reis; José Silvio Leone de Souza

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 168.0.71705/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Medeiros Neto

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

INTERESSADO(A)(S): Samuel Campos Maderi

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 718.0.135058/2015

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho de Direitos da Criança e Adolescente > Municipal

INTERESSADO(A)(S): Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ubaitaba; Conselho Tutelar de Ubaitaba

RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.169340/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Condeúba

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Contra a Organização do Trabalho > Frustração de Direitos Assegurados por Lei Trabalhista

INTERESSADO(A)(S): Sandra Marlicy de Souza Faustino

RELATORIA: 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar a propriedade do imóvel rural até o adimplemento de todas as obrigações pactuadas no Compromisso de Ajustamento de Conduta. Comprovar a propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para corrigir CEFIR. Elaborar e implementar PRADA. Doar valor, a título compensatório, ao Instituto YNAMATA de Desenvolvimento Sócio-econômico e Conservação da Natureza. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Amargosa/BA.

363. INQUÉRITO CIVIL Nº 647.9.146414/2021

ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis

ASSUNTO: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Medidas de proteção > Outras Medidas de Proteção

COMPROMISSÁRIO(S): Secretaria de Assistência Social de Itagimirim

OBJETO: Adequar a estrutura física, os recursos materiais e o quadro de recursos humanos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e à normatização do Sistema Único de Assistência Social, notadamente às NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS, no município de Itagimirim/Ba.

387. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.198466/2023

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(S): Vítor Maciel dos Santos

OBJETO: Promover as medidas de adequação ambiental e regularização fundiária de interesse específico do Lote 13, Quadra 32, do Loteamento Quintas do Castelo Açu da Torre.

388. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90079/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Zoolin Medicina Veterinária Ltda

OBJETO: Manter boas práticas na relação de consumo, respeitando o CDC, as resoluções dos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, bem como instruções e normas correlatas do Corpo de Bombeiros. Regularizar condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas no Termo de Notificação nº 103736/2023 emitido pela VISA. Realizar as adequações necessárias para corrigir as irregularidades apontadas no Termo de Fiscalização nº 084/2023 e Auto de Infração nº 084/2023 emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia. Realizar as adequações necessárias para cumprimento da Resolução CFMV nº 1275/2019, corrigindo as irregularidades apontadas no Termo de Constatação nº 308/2023 emitido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 3 de outubro de 2023

WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIRÊDO

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 14ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

270. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.90051/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Kennel Veterinária Pituba Ltda - ME

OBJETO: Manter as boas práticas na relação de consumo. Respeitar o Código de Defesa do Consumidor, as resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros Militar, e normas correlatas. Regularizar as condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e documentais, corrigindo irregularidades apontadas nas Notificações nº 01044 e nº 104235 emitidas pela VISA. Solicitar expedição de Alvará de Saúde junto à VISA. Adotar medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Salvador, 15 de agosto de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

DISTRIBUIÇÃO

Em 10 de outubro de 2023, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos: